



MEGAEVENTOS ESPORTIVOS FRENTE A PEQUENOS EVENTOS: REFLEXÕES CONSIDERANDO-SE A REALIDADE BRASILEIRA RECENTE

¹Edmilson Lima
²Tatiane Silva Tavares Maia
³ Antonio Lobosco
⁴ Marcela Barbosa de Moraes

RESUMO

O artigo tem por objetivos (1) oferecer aos definidores de política pública, aos governantes e aos mais diversos interessados conhecimentos comparativos úteis para que opinem, decidam e ajam a respeito de mega e pequenos eventos, (2) facilitando ainda a pesquisa bibliográfica de estudantes e pesquisadores. A literatura mostra que os impactos de um megaevento são um tema controverso. No Brasil, sede da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016, ainda há um importante questionamento sobre se o país, tão carente de melhorias em áreas prioritárias como saúde e educação, deveria sediar megaeventos como esses. Soma-se a isso o questionamento se não seria melhor priorizar pequenos (e não mega) eventos nos países em geral. Os governantes e empresas interessadas na realização de megaeventos frequentemente superestimam seus impactos positivos para a sociedade anfitriã, enquanto a literatura especializada considera que o saldo de seus impactos reais não é necessariamente positivo e, mais, tende a ser negativo. Com base nisso, emergiu e tornou-se forte a linha de entendimento de que os pequenos eventos são mais benéficos, têm maiores possibilidades de sucesso e maior potencial de impacto socioeconômico positivo – sendo assim recomendáveis no lugar de megaeventos para os países em geral. Temas para novas pesquisas são sugeridos no fim do artigo.

Palavras-Chave: Megaeventos, Pequenos eventos, Eventos Esportivos, Gestão do Esporte, Comparação.

¹ PhD em Administração pela HEC Montreal, (Canadá). E-mail: edmilsonlima@gmail.com

² Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, (Brasil). Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande. E-mail: tstavares@gmail.com

³ Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, (Brasil). Professor Titular da Universidade Nove de Julho. E-mail: antoniolobosco@hotmail.com

⁴ Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, (Brasil). Professora e Pesquisadora do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional e do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - UNITAU. E-mail: marcelabmoraes@gmail.com

**SPORTS MEGA-EVENTS COMPARED TO SMALL EVENTS:
REFLECTIONS CONSIDERING THE BRAZILIAN RECENT REALITY**

ABSTRACT

The objectives of this article are (1) providing public policymakers, politicians, and others with useful comparative knowledge so they can better support their opinions, decisions, and actions concerning mega- and small events, besides (2) facilitating bibliographical research for students and researchers. The literature shows that the impacts of mega-events are a controversial topic. In Brazil, host of the 2013 Confederations Cup, 2014 FIFA World Cup, and 2016 Olympic Games, there is still some relevant discussion as to whether the country, already in need for improvements in priority areas such as health and education, should host mega-events of that sort. Another discussion concerns whether it would not be better to prioritize small (and not mega-) events in different countries as a whole. Politicians and companies that are interested in mega-events frequently overestimate their positive impacts on the hosting society, whereas the specialized literature considers that the balance of the real impacts is not necessarily positive, and even tends to be negative. Based on that, a understanding emerged and became strong in the literature in the sense that small events are more beneficial, have more chance to succeed, and have greater positive social-economic impact – being, thus, recommended in the place of mega-events for countries in general. Research topics are suggested in the end of the article.

Keywords: Mega-Events, Small Events, Sports Events, Sports Management, Comparison.

**MEGA EVENTOS DEPORTIVOS FRENTE A EVENTOS PEQUEÑOS:
REFLEXIONES CONSIDERANDO LA REALIDAD BRASILEÑA RECIENTE**

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivos (1) ofrecer a los responsables de las políticas públicas, a los gobernantes y a los diferentes agentes interesados, conocimiento comparativo para que estén en condiciones de opinar, decidir y actuar en relación a mega y a pequeños eventos, a la vez que (2) facilitar literatura para estudiantes e investigadores. La literatura muestra que los impactos de un mega evento constituyen un tema controvertido. En Brasil, sede de la Copa Confederaciones en 2013, de la Copa del Mundo en 2014 y de los Juegos Olímpicos de 2016, existe todavía una discusión importante acerca de si el país, tan carente de mejoras en áreas prioritarias como la salud y la educación, debe albergar grandes eventos como estos. Se agrega a esto la pregunta acerca de si no sería mejor priorizar pequeños (no mega) eventos en los países en general. Los gobiernos y las empresas interesadas en la realización de mega eventos suelen sobreestimar su impacto positivo en la sociedad anfitriona, mientras que la literatura considera que el balance de su impacto real no es necesariamente positivo, sino más bien que existen más probabilidades de que sea negativo. Con base en esto surgió una línea de investigación que sostiene que pequeños eventos son más beneficiosos, tienen una mayor probabilidad de éxito y mayor potencial de impacto social y económico positivo que los mega eventos y, por lo tanto, se recomienda, en lugar de mega eventos, centrarse en los pequeños, para los países en general. El fin del artículo propone temas para nuevas investigaciones.

Palabras claves: Mega Eventos, Pequeños Eventos, Eventos Deportivos, Gestión del Deporte, comparación.

1- INTRODUÇÃO

Os impactos e legados de um megaevento são temas de uma discussão muito ativa e controversa, principalmente a partir de 1976, sob os efeitos emblemáticos das Olimpíadas de Montreal, marcada por problemas de preparação e uma decorrente dívida pública expressiva, que levou 30 anos para ser paga. Um desses efeitos foi a síndrome pós-Montreal (Chappelet, 2016), um desestímulo fazendo com que apenas a candidatura de Nova Iorque se mantivesse para as Olimpíadas de Inverno de 1980 e ocorresse apenas a de Los Angeles para a do verão de 1984 – esta última, depois que aparentemente nenhuma candidatura ocorreria. A situação fez com que o COI, Comitê Olímpico Internacional, desse a Los Angeles condições excepcionalmente facilitadas para fazer os jogos, além de uma garantia de cobertura de eventuais prejuízos (Zimbalist, 2015).

Mais recentemente, Estocolmo e Oslo retiraram sua candidatura para os Jogos de Inverno de 2022. Cederam à pressão de opositores políticos nacionais, enquanto algumas cidades europeias tiveram plebiscito desfavorável à candidatura para receber esses mesmos jogos, enquanto se viam protestos nacionais e denúncias contra corrupção, práticas abusivas e custos excessivos ligados à Copa do Mundo (Brasil) e aos Jogos de Inverno (Sóchi) de 2014 (Preuss & DaCosta, 2016). O cenário de desinteresse pós-Montreal para sediar megaeventos esportivos parece estar se renovando e a experiência recente do Brasil tem importante contribuição para isso (Zimbalist, 2015).

Se, por um lado, os governantes e empresários interessados na promoção de um megaevento destacam os impactos positivos deste para a sociedade anfitriã, por outro lado, diversos setores da sociedade e a literatura especializada do tema informam que o saldo dos impactos reais desse tipo de evento não é necessariamente positivo (Kessenne, 2012; Matheson, 2006; Ziakas, 2015). Por exemplo, em se tratando do custo-oportunidade envolvido

na realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, houve no Brasil uma profusão de opiniões e de manifestações nas ruas¹ questionando se um país como esse, tão carente de melhorias na educação e na saúde, deveria realizar megaeventos de impacto incerto utilizando tantos recursos públicos². O questionamento de base foi: tais recursos não seriam mais bem empregados e não gerariam impactos mais positivos para a sociedade se investidos em saúde e educação³?

Esse tipo de questionamento mostra-se ainda mais pertinente dado que emerge um fluxo de pesquisas assegurando que, na realidade, os pequenos eventos é que são mais certamente benéficos à sociedade anfitriã (Agha & Taks, 2015; Bell & Gallimore, 2015; Fotiadis, Vassiliadis & Yeh, 2016; Kwiatkowski, 2016; Mondello & Rishe 2004; Taks, Chalip & Green, 2015). Está em consolidação a linha de entendimento de que os custos de um megaevento superam seus benefícios (Hall, 1992; Ziakas, 2015). Em parte por serem menos caros e complexos para se realizar, os pequenos eventos são apontados pela literatura como portadores de possibilidades maiores de sucesso combinadas a maior potencial de impacto socioeconômico positivo (Baptista Alves, Cerro & Martins, 2010; Djaballah, Hautbois & Desbordes, 2015; Matheson, 2006). Problemas com megaeventos tendem a ocorrer principalmente em países emergentes, nos quais geralmente existe pouco da infraestrutura necessária para sua realização, o que demanda muito investimento a faltar em áreas prioritárias, como saúde e educação (Baumann & Matheson, 2013; Domingues, Betarelli & Magalhães, 2011; Getz & Page, 2016). O saldo tende a se agravar se há problemas de planejamento, controle e execução nos preparativos dos megaeventos (Getz, 2016), como tem sido comum recentemente.

No Brasil, houve ampla divulgação na imprensa de problemas com atrasos, obras inacabadas ou malfeitas, corrupção e risco

excessivo nas construções⁴. Fatos extremos ocorridos, como a morte de operários em obras ou o desabamento de um viaduto em Belo Horizonte, também provocando mortes⁵, deram mais substância ao questionamento no país, inclusive após os eventos. A realidade dos megaeventos brasileiros recentes, com preparativos em alto risco de não terminarem a tempo⁶ e com nível de segurança urbana aparentemente inviabilizador, pode ter deixado como um dos principais legados lições sobre o que e como não se devem fazer eventos.

Muitos poderiam pensar que os megaeventos, frente às dificuldades socioeconômicas brasileiras, não deveriam ter ocorrido no país a partir de 2013. Teriam eles sido um tropeço evitável do país? Haveria outras possibilidades de evento que poderiam ou deveriam ser priorizadas no país ao invés de megaeventos? Que lições úteis podem ser tiradas a partir de um comparativo entre impactos de megaeventos e de eventos pequenos? Elaboradas com base numa pesquisa bibliográfica, com contribuições vindas principalmente das áreas da Economia, do Turismo e da Gestão do Esporte, as ideias e reflexões que apresentamos neste artigo podem auxiliar na busca de respostas para perguntas desse tipo e os demais questionamentos presentes neste texto.

Comparativos entre mega e pequenos eventos são de grande importância para a adequada definição de futuras iniciativas de desenvolvimento nos países (Agha & Taks, 2015; Kwiatkowski, 2016). Mesmo assim, ainda há carência desse tipo de estudo, particularmente no Brasil e considerando-se a ocorrência e os impactos dos recentes megaeventos do país – a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, as Olimpíadas e os Jogos Paralímpicos. Nosso levantamento preliminar da literatura não revelou publicações brasileiras do gênero. Elas poderiam oferecer aos definidores de política pública, aos governantes e aos mais diversos interessados conhecimentos úteis para que opinem, decidam e ajam em relação aos tipos de evento. Oferecer conhecimentos desse gênero a esse público é o objetivo do presente trabalho, que visa ainda facilitar a pesquisa bibliográfica

de estudantes e pesquisadores, principalmente daqueles que se iniciam no estudo do tema. Os conhecimentos gerados poderão auxiliar no refinamento da pesquisa sobre os megaeventos brasileiros recentes, propiciando lições mais consistentes para futuras iniciativas brasileiras e de outros países. Eventualmente, auxiliarão na decisão e na realização de mais eventos, talvez menores, como já recomenda mais repetitivamente a literatura.

Nas seções que seguem, o artigo apresenta inicialmente, na seção 2, uma síntese de algumas bases conceituais, a começar pela definição dos eventos por porte, e de outros aspectos para se entenderem os impactos de eventos. A seção inclui uma breve descrição da atratividade dos megaeventos e dos motivos porque previsões correntes de impacto positivo tendem a ser superdimensionadas, além de uma enumeração de impactos previsíveis já citados na literatura. A seção 3 descreve a geração de impactos positivos e negativos dos megaeventos, sem deixar de destacar impactos referentes aos megaeventos recentes ocorridos no Brasil, em particular da Copa do Mundo de 2014. A apresentação dos impactos de pequenos eventos se concentra na seção 4, na qual já são diretamente comparados àqueles de megaeventos. A quinta seção aproxima o artigo de seu fechamento discutindo pontos relevantes identificados no texto, enquanto a seção 6 traz as conclusões.

2- ALGUMAS BASES E LIMITAÇÕES DO ENTENDIMENTO DOS IMPACTOS DE EVENTOS

Os megaeventos podem ser entendidos como eventos comerciais, culturais e/ou esportivos de larga escala que têm um caráter dramático, um apelo para uma ampla massa populacional e significância internacional (Roche, 2000). O que define um evento como mega é seu expressivo tamanho, os elevados custos envolvidos, assim como seu caráter descontínuo, fora do ordinário, internacional e amplo, além de sua capacidade de transmitir mensagens promocionais para bilhões de

pessoas pelos meios de comunicação (Roberts, 2004; Müller, 2016b). Uma classificação de Roche (2000) contrapõe os eventos pequenos, chamados por ele de eventos por assinatura e comunitários, ao megaevento, tendo por base a amplitude da distribuição do público-alvo e das empresas de mídia atraídas⁷. O autor dá como exemplos de megaevento as exposições universais, as Olimpíadas e a Copa do Mundo, acrescentando que esses eventos têm por alvo pessoas do mundo todo e contam com o interesse da TV de todo o mundo. Os pequenos eventos são os comunitários e os por assinatura. Os comunitários, como competições rurais ou de bairros e distritos, têm por alvo o público local ou regional e atraem a mídia local e regional. Os eventos por assinatura são de nível nacional, focados no público nacional/regional, exercendo atração sobre as TVs nacionais e locais.

São conhecidas várias razões do interesse das cidades e países pelos megaeventos, dentre as quais têm maior relevância: o desenvolvimento socioeconômico, a acessibilidade e o interesse dos meios de telecomunicações oferecendo uma ampla massa global de expectadores; os decorrentes fluxos fartos de patrocínio que vão para os organizadores do evento e para as cidades-sede, já que os megaeventos se tornaram o centro de uma grande extravagância de oportunidades de promoção em marketing; a ampla divulgação das atrações e do potencial das cidades-sede e seu país para a audiência global, alavancando turismo e investimentos. Horne (2007) trata desses três aspectos como *conhecimentos conhecidos* sobre o que justifica o interesse corrente de se fazerem megaeventos esportivos.

Indo adiante, o autor descreve os *desconhecimentos conhecidos* (aquilo que temos consciência de que não sabemos) a respeito de megaeventos, dos quais alguns exemplos referem-se às seguintes questões: dada toda imprevisibilidade e toda incerteza desses eventos internacionais, por que governos competem pelo direito de realizá-los? Esses eventos realmente geram os benefícios, econômicos e outros, que seus proponentes anunciam? Contudo, os *desconhecimentos conhecidos* são apresentados por Horne (2007)

de um modo que os assemelha a *conhecimentos desconhecidos* (coisas que sabemos, mas fazemos questão de não saber ou fingimos não saber), pois ele mesmo já responde ao menos a segunda pergunta desses exemplos. Ele sublinha que as pesquisas já demonstram a ocorrência regular de um hiato significativo e negativo *entre previsões de benefícios e resultados reais desses eventos*.

Segundo Horne (2007), dentre as três possibilidades, *conhecimentos conhecidos*, *desconhecimentos conhecidos* e *conhecimentos desconhecidos*, este último conjunto parece ser o mais preocupante. Justifica o autor dizendo que se sabe que até os megaeventos de maior sucesso (Olimpíadas de Barcelona, por exemplo) geraram problemas sérios, como o acirramento da polarização social provocado pelo deslocamento de população pobre de áreas a serem usadas com infraestrutura combinado à valorização dessas áreas, para onde a classe baixa não pôde voltar, e o não cumprimento de promessas de oferta de moradia a baixo custo à população deslocada. Embora, em alguns casos, os megaeventos possam gerar desenvolvimento de infraestrutura urbana e lucros para determinados setores da sociedade, isso ocorre frequentemente à custa de grandes prejuízos sociais e ambientais (Agha & Taks, 2015; Horne & Whannel, 2016). Um exemplo desses prejuízos foi o grande desmatamento de Mata Atlântica em São Lourenço da Mata - PE, cidade conhecida como capital nacional do pau-brasil⁸.

Outra ocorrência comum é a transferência de recursos públicos para grupos privados, assim como a priorização do fluxo de estrangeiros em detrimento do tratamento oferecido aos moradores. Seguindo a ideia de amnésia social citada por Horne (2007) como marca dos *conhecimentos desconhecidos*, parece que problemas previsíveis advindos dos megaeventos tendem a ter o esquecimento deliberadamente promovido por aqueles que pleiteiam a ocorrência desses eventos. Fica assim a população desprovida de informação crítica, privada de seu direito de eventualmente impedir a candidatura de seu país para um megaevento indesejável (Horne & Whannel, 2016; Ziakas, 2015).

Antes mesmo de os megaeventos ocorrerem, já se tem uma indicação de que os benefícios esperados pela sociedade tendem a não se concretizar integralmente. No intuito de realizar o projeto de um megaevento, governantes e outros *stakeholders* a serem beneficiados pela iniciativa (empresários da construção civil, por exemplo) usam uma retórica que sobrepõe a imagem à substância, ou seja, o que se quer fazer pensar a expectativas consistentes de impactos (Craig & Bauman, 2014; Lenskyj, 2000).

Ademais, estudos que precedem um megaevento tendem a exagerar na previsão de benefícios e legados (Law, 2002; Matheson, 2002; Porter, 1999; Weed et al, 2015). Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de que esses resultados normalmente não são passíveis de cálculo preciso a priori e são mais frequentemente estimados (Kesenne, 2012; Hiller, 1998). Outra causa tende a ser a falta de isenção das entidades que normalmente fazem esses estudos por serem elas muito frequentemente as próprias entidades de maior interesse na realização do megaevento ou instituições contratadas por elas (Bell & Gallimore, 2015; Girginov, 2016; Matheson, 2002; Weed et al, 2015).

Para ilustrar o ponto de vista daqueles que ocupam cargos de liderança em megaeventos, sejam pessoas do mundo do esporte ou da política, Weed et al (2015) citam o comentário do ex-ministro britânico do Esporte e presidente da Associação Olímpica Britânica durante a Olimpíada de Londres 2012, Colin Moynihan: *“Londres 2012 motivará toda uma geração de jovens que procuram imitar os seus heróis ... tanto no campo desportivo como fora dele”*. Segundo os autores, essa ideia não se tornou realidade. Os organizadores dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012 se esforçaram explicitamente para motivar os jovens como divulgado, inclusive criando o programa London Inspire. No entanto, a avaliação dos resultados oficiais do programa foi inconclusiva aos olhos de Girginov (2016), pois, segundo ele, a descrição oficial dos resultados foi tendenciosa e equivocada.

Em relação às estimativas, Kesenne (2012) trata de sua falta de precisão esclarecendo que existe uma diferença fundamental entre um estudo de impacto econômico e uma análise de custo-benefício quanto a um evento esportivo. No estudo de impacto econômico, registram-se apenas as atividades econômicas, calculando-se os fluxos de recursos financeiros que são gerados. Indiretamente, pode haver benefícios, um legado com a construção de novos estádios ou a expansão de estádios esportivos e hotéis anteriormente existentes, regeneração urbana, criação de valor, geração de receitas fiscais, emprego e renda. Um estudo de impacto econômico, além de comumente envolver muitos erros de análise, não esclarece o que é custo e o que é benefício oriundo de um megaevento (Craig & Bauman, 2014; Kesenne, 2012).

2.1- Impactos dos Eventos

Relevantes impactos positivos e negativos de eventos são resumidos no quadro 1, não exaustivo. Os positivos tendem a ser superdimensionados principalmente nos estudos promovidos por partes interessadas nos eventos buscando justificar investimentos públicos – estudos que têm a falta de isenção de análise como um ponto fraco central (Matheson, 2002).

Quadro 1 - Impactos positivos e negativos dos eventos

	Impactos positivos	Impactos negativos	Autores
Econômicos	Crescimento do consumo	Aumento dos preços	Agha e Taks (2015); Alves (2010); Bertella (2014); Centro de Estudios Económicos Tomillo (2007); Hall (1992); Llopis-Goig (2013); Zimbalist (2015)
	Geração de emprego	Especulação imobiliária	
	Aumento da oferta de trabalho	Custo de oportunidade do evento	
	Melhoria do padrão de vida da população anfitriã	Estimativa inadequada dos custos do evento	
Para o turismo e o comércio	Mais turistas para a região anfitriã	Perda de reputação associada a problemas ocorridos durante a realização do evento	Agha e Taks (2015); Alves (2010); Bertella (2014); Hall (1992); Llopis-Goig (2013); Müller (2015); Zimbalist (2015)
	A região é divulgada como opção atraente para investimentos e para atividades comerciais		
	Construção de novos hotéis e acomodações para turistas		
	Melhoria de infraestrutura e do transporte	Aumento do tráfego de veículos nos locais de comércio	
	Know-how tecnológico assimilado	Falta de locais para estacionamento de veículos devido ao aumento do trânsito na região	
	Assimilação de tecnologias e expertise por parte das empresas para realização de novos eventos	Falta de infraestrutura para assimilar o grande fluxo de pessoas	
	Criação de novos produtos e serviços por parte das empresas da região	Falta de recursos humanos capacitados para atender as necessidades do evento	
	Geração de novas empresas na região	Aumento dos custos de mão de obra	
	Diminuição da sazonalidade devido à criação de diversos novos eventos		
Para o poder público e demais instâncias da sociedade	Assimilação de tecnologias e expertise por parte do poder público para realização de novos eventos	Aumento do tráfego de veículos	Agha e Taks (2015); Alves (2010); Bertella (2014); Hall (1992); Llopis-Goig (2013); Müller (2015)
	Geração de Impostos	Gastos com infraestrutura	
	Geração de empresas e emprego	Aumento do fluxo de pessoas	
	Aumento de investimento na região	Aumento do número de ocorrências policiais	
	Possibilidades de novas instituições de ensino	Falta de pessoal capacitado e necessidade de contratação	
	Criação de empresas de base tecnológica	Falta de mão de obra qualificada para atender às necessidades dos eventos	
	Criação de <i>Know how</i> tecnológico e expertise		
	Criação e melhoria de serviços públicos	Aumento do número de ocorrências médicas	

Fonte: elaboração própria.

Segundo o quadro 1, os impactos positivos e negativos dos pequenos ou megaeventos podem ser organizados em três tipos: econômicos; para o turismo e o comércio; para o poder público e demais instâncias da

sociedade. Contudo, as informações resumidas no quadro, como se vê em geral em estudos de prós e contras dos eventos, não permite uma conclusão sobre quais impactos prevalecem. Os estudos a posteriori de eventos em específico tendem a

oferecer o maior grau de precisão sobre o saldo dos impactos (por exemplo: Clark & Misener, 2015; Feng & Hong 2013; Hodgetts & Duncan, 2015) já que consideram também fatores intervenientes não previstos anteriormente. Por tratarem da realidade já ocorrida, estão ao abrigo dos hiatos frequentes entre o previsto e o realizado.

No entanto, continua sendo um desafio, até nos estudos a posteriori, contabilizar os exatos detalhes dos impactos, não apenas econômicos, especificamente decorrentes do evento considerado isolando-os de quaisquer outros fatores e influências num contexto complexo, amplo e dinâmico. Nesse contexto, muitos fatores

tendem a influenciar os indicadores de impacto considerados, além da preparação e da ocorrência do próprio evento em análise. Por exemplo, a variação do PIB municipal pode ser um indicador observado, mas grande quantidade de fatores alheios ao evento (políticas públicas, instalações de novas fábricas, efeitos de uma crise nacional, etc.) também têm influência sobre esse indicador.

De modo complementar, a síntese feita no quadro 2 da contribuição de variados autores exemplifica diversos benefícios e malefícios potenciais dos eventos para a sociedade anfitriã. As referências anteriores a 2011 referem-se a impactos sociais possíveis, de acordo com Alves, Cerro e Martins (2010)

Quadro 2 - Benefícios e malefícios potenciais dos eventos

Benefícios potenciais	Malefícios potenciais
* Shone e Parry (2004): Melhores interações sociais; melhor coesão da comunidade; aumento da compreensão cultural e social; melhoria da identidade da comunidade; autoconfiança	* Farias, Gurgel e Diniz (2015): Degradação do meio ambiente; vandalismo; gastos em eventos ao invés de instituições para benefício da sociedade (escolas, creches, hospitais, etc.); corrupção e desvios de verbas públicas para os eventos
* Dwyer et al. (2005): Desenvolvimento comunitário; orgulho da comunidade; extensão do produto evento	* Dwyer et al. (2005): Interrupção do estilo de vida dos residentes; tráfego congestionado; barulho; vandalismo; multidões; crime; danos materiais
* Ohmann et al. (2006): Construção de orgulho na comunidade; aumento da participação dos indivíduos em atividades comunitárias; oportunidades de entretenimento	* Ohmann et al. (2006): Aumento da criminalidade; congestionamento; multidões; perturbação da vida da comunidade; alienação da comunidade; mudança para outro lugar
* Bull e Lovell (2007): Entretenimento; experiência musical; passar o dia fora; oportunidades únicas; atividades em locais públicos	* Bull e Lovell (2007): Multidões
	* Müller (2015): Não cumprimento das promessas de benefícios; subavaliação de custos; reelaboração das prioridades do planejamento urbano para servir a interesses pró-evento; uso de recurso público para o interesse privado; suspensão da aplicação regular da lei para a realização do evento; geração de efeitos adversos indesejáveis
* Jackson (2008): Entretenimento; interação com os visitantes; variedade de experiências culturais	* Jackson (2008): Conflitos entre moradores e turistas
	* Domingues, Betarelli e Magalhães (2011): Gastos acima do planejamento inicial, comprometendo outros serviços públicos; custo de capital mais alto em países em desenvolvimento – dinheiro gasto no evento é dinheiro não investido em outras áreas, como a saúde, etc.; elevação da dívida pública

Fonte: quadro de Alves, Cerro e Martins (2010) adaptado, mais referências a partir de 2011.

Nota-se que um megaevento ou um pequeno evento pode trazer benefícios e/ou malefícios ímpares para a região que o acolhe. É necessário, ainda assim, obter elementos úteis para se fazer uma comparação dos impactos gerados por megaeventos com

aqueles gerados por pequenos eventos. As duas seções seguintes vêm justamente atender tal necessidade.

3- IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DE MEGAEVENTOS

Barcelona é sempre lembrada como um caso de sucesso na geração de impactos positivos de um megaevento (Essex & Chalkey, 2003). O raro sucesso ocorrido com os Jogos Olímpicos de Barcelona, de 1992, deve-se a princípios de planejamento estratégico e controle bem aplicados (Oliveira, 2011). Esse último autor ainda pondera que os resultados obtidos em Barcelona não decorreram simplesmente dos supostos benefícios trazidos pelos jogos, mas principalmente da conjuntura política e econômica extremamente favorável daquele momento na Espanha associada aos fartos recursos oriundos da entrada do país na Comunidade Europeia. O sucesso dos jogos teria sido menos causa e mais consequência dessa mesma conjuntura favorável (Oliveira, 2011) e eles não provocaram apenas benefícios. Por exemplo, como já citamos, acirraram a polarização social pela desocupação de moradias de classe baixa em áreas pobres que posteriormente tiveram valorização imobiliária, recebendo enfim moradores de maior renda (Horne, 2007).

Planejamento e controle bem realizados parecem não ter sido uma marca dos megaeventos brasileiros recentes. Como se depreende do livro de Nassif (2016), no quesito infraestrutura, algumas cidades-sede apareceram como as mais beneficiadas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. São cidades com muitos eventos ao longo do ano que podem se servir da infraestrutura construída ou reformada para os megaeventos. Assim, os investimentos foram mais facilmente entendidos pela população local como de real utilidade. Contudo, não se pode dizer o mesmo sobre Cuiabá e Manaus (Nassif, 2016).

A Arena Pantanal, inaugurada em 2 de abril de 2014 após um investimento da ordem de R\$ 570 milhões, substituiu a anterior, demolida, e tem capacidade para

aproximadamente 42 mil torcedores. No entanto, seis meses após a Copa do Mundo, foi interdita por problemas estruturais⁹. Manaus não tem jogos e campeonato regionais que aproveitem plenamente o estádio de futebol lá construído. A Arena da Amazônia foi inaugurada em 9 de março de 2014. Orçada inicialmente em R\$ 499,5 milhões, seu custo final foi de R\$ 757,5 milhões, ou seja, 51,7% a mais – apesar dos muitos protestos na imprensa contra a escolha de Manaus¹⁰. A obra de Nassif (2016) também descreve o drama de um empreendedor em Porto Alegre que teve seu negócio arbitrariamente demolido às vésperas da Copa do Mundo, apesar de seus 29 anos no local e licenças válidas, sob a alegação de que um *trailer* de alimento não poderia estar na área nobre do evento.

Após analisar os impactos dos preparativos da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha sobre o desenvolvimento do país, Brenke e Wagner (2006) concluíram que as projeções de impactos positivos estavam superestimadas e que a economia não teria benefício perceptível gerado pelo evento. Adicionalmente, os autores destacaram: (1) o impacto sociopolítico do megaevento (algo que pode ter sido de especial interesse para os governantes brasileiros quanto aos megaeventos de 2013, 2014 e 2016)¹¹, lembrando que mesmo esse impacto não deve ser superestimado; (2) um evento como a Copa oferece a um país a possibilidade de se mostrar internacionalmente sob uma luz positiva, o que pode fortalecer contatos sociais entre países em muitos níveis e melhorar relações comerciais entre eles¹²; (3) mas o âmbito internacional pode também trazer impactos negativos – quanto ao Brasil, poderíamos dizer que isso foi visto, por exemplo, na apreensão internacional produzida pelo atraso das obras para a Copa, pela repercussão de problemas com aeroportos e por acidentes com trabalhadores, além da repercussão de infortúnios como a queda de um viaduto pós-Copa em Belo Horizonte; um jornal espanhol chegou a

noticiar “Brasil é um caos à espera da Copa do Mundo”¹³; (4) há riscos consideráveis quanto à violência, incluindo quebradeira em larga escala feita por *hooligans* ou ataques terroristas em um evento de ampla visibilidade internacional – como se viu nas Olimpíadas de Munique em 1972 e de Atlanta em 1996, assim como num evento bem menor, a Maratona de Boston em 2013.

Para Matheson (2002), o fato de muitos estudos superestimarem os impactos positivos de eventos esportivos está relacionado a negligências comuns, intencionais ou não:

(1) do efeito de substituição, ou seja, de que alguém que gasta para ir aos estádios está deixando de gastar em outras coisas, o que implica numa realocação de gastos na economia, mais do que um aumento líquido de atividade econômica;

(2) do efeito de redirecionamento de público (*crowding out effect*), relativo à ocorrência do desvio do fluxo de pessoas que tenderiam a ir para uma cidade atrativa, mas que deixam de fazê-lo porque nela já está em esgotamento a capacidade de acolhimento e de estadia (podemos acrescentar aí também preços mais altos de diárias de hotel), como efeito do evento em questão;

(3) do fato de muitas vezes o dinheiro gerado pelo evento numa cidade ser em boa parte transferido a outras cidades ou a outros países, pois restaurantes e hotéis frequentemente pertencem a redes com base em outras localidades, até mesmo do exterior;

(4) de custos não econômicos como congestionamentos de trânsito (uma reclamação comum no Rio de Janeiro - RJ nos preparativos para a Copa de 2014); vandalismo (como nas manifestações violentas contra a Copa de 2014)¹⁴; degradação ambiental (como no expressivo desmatamento da quase extinta Mata Atlântica em São Lourenço da Mata, com área desmatada que deveria receber a arena, construída, e muito mais nunca realizado (hospital, residências, lojas...); e mudanças bruscas do estilo de vida dos residentes (um

exemplo foram as remoções forçadas, e com indenizações questionadas, de moradores para se fazerem obras da Copa de 2014). Uma matéria da internet exemplifica contundentemente impactos adversos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2013 e 2014 respectivamente com o título “Ninguém sabe dizer o que a arena da Copa trouxe de bom para São Lourenço da Mata”. A matéria cita até mesmo problemas como aumento dos alugueis na cidade e a insatisfação de moradores que prefeririam investimento em saúde e em erradicação da pobreza ao invés de um “campo de futebol”¹⁵.

Na mesma linha de raciocínio, Farias, Gurgel e Diniz (2015), expõem tais percepções compartilhadas também por outro conjunto de moradores, mas em cidade sede da Copa do Mundo em 2014. Em estudo a priori sobre essa Copa, Domingues, Betarelli e Magalhães (2011) lembram que o custo de capital é mais alto em países em desenvolvimento – dinheiro gasto no evento é dinheiro não investido em outras áreas, como a saúde. Frisam também que, se os recursos investidos no evento são públicos, isso tende a gerar redução de outros gastos e investimentos do estado, talvez mais necessários, e elevação da dívida pública.

À luz dessas considerações, há ponderações preocupantes a se fazer a partir de uma observação a posteriori e baseada em dados amplamente divulgados pela imprensa brasileira. Os recursos orçados para a Copa do Mundo de 2014 incluíam também investimentos necessários à Copa das Confederações de 2013, preparativo tradicional da Copa do Mundo. Com os dados divulgados pela imprensa, notou-se que os investimentos efetivamente feitos ultrapassaram significativamente o orçado e que, ao contrário do que os governos tinham anunciado, foram quase exclusivamente públicos¹⁶. Usando-se o raciocínio sugerido por Domingues, Betarelli e Magalhães (2011) e tais dados, pode-se deduzir que essas duas Copas, além das Olimpíadas de 2016, levaram os governos efetivamente a diminuir sua

capacidade de realizar gastos e investimentos em áreas e atividades prioritárias, além de aumentar a dívida pública. Essa dívida, também alimentada por outros problemas, atingiu níveis impressionantes em 2016, período de forte desequilíbrio econômico¹⁷ e político, no qual se viu até mesmo um *impeachment* de presidente.

Os resultados do estudo dos três autores apontaram para uma previsão de aumento médio de 1,2% do PIB das cidades-sede das duas Copas e para a geração do equivalente a 158 mil empregos (majoritariamente temporários, presume-se). Contudo, os autores fizeram a ressalva de que o impacto positivo ocorreria com investimentos privados, de modo a impor menor realocação de recursos públicos que poderiam ser usados em áreas como educação e saúde. A imprensa tornou notórios os investimentos quase exclusivamente públicos. A contribuição desse problema para o aumento da dívida pública e da negligência quanto a necessidades prioritárias converge com a ideia predominante na literatura, e aqui repercutida, de que megaeventos tendem a gerar mais impactos negativos do que positivos, particularmente numa economia emergente.

O trabalho coordenado por Nassif (2016) focou os impactos da Copa do Mundo de 2014 para pequenos negócios brasileiros segundo uma abordagem metodológica qualitativa. Grande parte dos empresários entrevistados relatou que os resultados que obtiveram por efeito da Copa ficaram muito abaixo de suas expectativas. Parte importante dos dados do trabalho corroborou o que dizem Venter et al. (2012) e Hall (2006), que destacam impactos negativos para empreendedores estabelecidos na região das arenas esportivas. Os impactos negativos relacionaram-se a questões políticas, sociais, econômicas e também ambientais, como apontamos acima sobre São Lourenço da Mata. Por outro lado, houve também negócios que se estabeleceram e/ou cresceram graças ao contexto propiciado pela Copa.

4- IMPACTOS DOS PEQUENOS EVENTOS EM COMPARAÇÃO AOS DOS MEGAEVENTOS

A capacidade de se produzir legado com benefícios de megaeventos continua a ser um assunto de grande interesse sob os pontos de vista acadêmico e político (Bell & Gallimore, 2015). É comum que estudos sobre eventos esportivos, por exemplo, se concentrem em megaeventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. No entanto, tem ocorrido um gradual aumento das pesquisas sobre pequenos eventos (Agha e Taks, 2015), colocando em destaque os benefícios desses últimos (Matheson, 2006b; Taks et al., 2011; Taks et al., 2013; Veltri, Miller & Harris, 2009). Tais pesquisas utilizam as perspectivas econômica (por exemplo, Mondello & Rishe 2004; Matheson, 2006), do movimento turístico e cultural (por exemplo, Baptista Alves, Cerro & Martins, 2010; O'sullivan, Pickernell & Senyard 2009) ou ainda dos resultados sociais dos eventos (por exemplo, Djaballah, Hautbois & Desbordes, 2015).

Mesmo que marginalmente, a partir dos anos 1980, começou a se firmar a percepção de que eventos menores, como festivais e eventos comemorativos, poderiam se tornar formas especiais de se realizar uma positiva contribuição para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, em ambos os tipos de economia, desenvolvido e emergente (Jackson, 2008). Com frequência crescente, cidades e até mesmo unidades territoriais menores realizam eventos de pequena escala, como exposições, mostras de artesanato, mercados temáticos, festivais e feiras, tirando proveito de suas características regionais, como tradições e heranças artísticas e culturais (monumentos, museus, montanhas e paisagens, por exemplo), para atrair não só turistas, mas também investimentos para o desenvolvimento socioeconômico (Alves, Cerro & Martins, 2010).

Em paralelo aos pequenos eventos desportivos, portanto, esses outros pequenos

eventos vêm ganhando relevância no desenvolvimento de cidades e na literatura acadêmica (O'sullivan, Pickernell & Senyard, 2009). Nos âmbitos local, regional e nacional, os governos podem ter os festivais e eventos especiais de pequeno porte, evitando os megaeventos, como iniciativas estratégicas cada vez mais utilizadas para o desenvolvimento das comunidades (O'sullivan, Pickernell & Senyard, 2009).

Como bem reconhecem Alves, Cerro e Martins (2010), Csobán e Serra (2014) e Taks, Chalip e Green (2015), na realidade atual, o legado dos pequenos eventos pode ser encontrado no fortalecimento do turismo como atividade econômica, especialmente em locais já dotados de infraestrutura, a serem exploradas também fora de temporada turística. Eventos esportivos de pequena escala, por exemplo, compatíveis com a infraestrutura de uma comunidade e com o seu capital humano e sociocultural podem ser uma forma viável de desenvolvimento

sustentável do turismo. Além disso, o desenvolvimento de uma cultura esportiva específica nas comunidades pode ser despertado, como apontado por Csobán e Serra (2014) ao analisarem o torneio de esgrima da Hungria, um evento de pequena escala. Já existe infraestrutura para os esgrimistas em todo país, o que evita a necessidade de alto investimento para construí-la do zero.

Um dos aspectos que mais se tornaram evidentes na literatura que compara pequenos com megaeventos é que estes últimos estão associados a um maior risco de fracasso e de saldo negativo de impactos, haja vista sua maior necessidade de recursos e sua maior complexidade de realização. Nesse sentido, a iniciativa de realizar eventos de menor porte pode ser uma estratégia mais vantajosa para as cidades e países (Agha & Taks, 2015), ideia que se solidifica com ponderações.

Quadro 3: Comparativo de Impactos dos Pequenos Eventos com os dos Megaeventos

Pequenos Eventos	Megaeventos
Fazem uso das instalações disponíveis	Geralmente exigem instalações e acomodações onerosas, com sobre investimento em novas instalações desportivas raramente usadas
Aglomerações de pessoas são menos prováveis	Aglomerações prováveis, que prejudicam a atividade econômica quando somadas a decorrentes problemas de transporte
Não são normalmente associados a interferências e grandes perturbações no transporte e na vida dos cidadãos	Megaeventos interferem nas redes de transporte, resultando em grandes perturbações na vida dos cidadãos
Por sua dimensão e seu perfil modestos, tendem a não interferir onerando os preços de hospedagem	Seu perfil elitista faz com que a hospedagem seja muito cara
Geram desafios pequenos de segurança, que demandam relativo baixo investimento	Grandes desafios de segurança; em resposta a ameaças terroristas, por exemplo, são comuns altíssimos investimentos para enfrentá-los
Planos modestos de desenvolvimento, com base no impacto econômico gerado por um grande número de eventos menores, são mais propensos a gerar benefícios líquidos positivos	O contrário ocorre com esquemas grandiosos para atrair realizar megaeventos
Os eventos menores são menos frequentemente usados para justificar os gastos públicos	A classe política aponta, de maneira artificial, para o grande impacto econômico positivo dos megaeventos para amenizar o ceticismo público justificar altíssimos gastos públicos

Fonte: Adaptado de Matheson (2006).

Diferentes passagens deste artigo, assim como o quadro 3, sugerem que não se pode negligenciar os impactos negativos dos pequenos eventos para se fazer uma avaliação justa e realista na escolha de um tipo de evento a promover segundo seu porte. Tais impactos são ainda escassamente tratados na literatura. O fato limita a possibilidade de se fazer aqui um comparativo amplo entre os dois tipos de impacto dos pequenos eventos, como elaborado anteriormente para os megaeventos. Uma das causas da limitação na literatura é que relativamente poucos estudos focam os impactos provocados por pequenos eventos, algo que já se afirmava também há cerca de sete anos (Alves, Cerro & Martins, 2010), e o fazem mostrando principalmente pontos fortes frente aos megaeventos.

Na busca de mais equilíbrio da distribuição de tipos de impacto de ambos os portes de evento, podemos ao menos listar vários impactos negativos dos menores, parte deles vindos dos quadros 1 e 2: custo de oportunidade; perda de reputação de uma localidade, entidade promotora e/ou pessoas ligadas a um evento gerador de problemas – shows anulados, por exemplo; tráfego e transporte dificultado na área mais imediata do evento, como se vê num show de rock; dificuldade de estacionamento; aglomeração e/ou grande intensificação do fluxo de pessoas nas imediações do evento; aumento do número de ocorrências médicas, por vezes até mesmo graves, como se vê às vezes em maratonas, provas de ciclismo e triatlos; vandalismo; barulho; fechamento de vias de transporte, como em corridas de rua e festas comunitárias; danos materiais causados por expectadores exaltados; irritação popular, como se vê com os motoristas tentando circular em vias fechadas para competições esportivas; consternação de expectadores quando organizadores e/ou artistas têm algo problema e devem cancelar um evento.

É incontornável considerar, contudo, que os megaeventos podem provocar esses mesmos problemas, mas normalmente em

dimensões e intensidade significativamente maiores e em mais pontos geográficos. É o que indica a literatura de comparativos levantada aqui e exemplificam os três parágrafos a seguir.

Segundo as diferentes quantidades de recurso que absorvem, os dois tipos de evento por porte são classificados por Agha e Taks (2015) respectivamente como de alta e de baixa demanda de recursos. A partir daí, os autores destacam a importância de se analisar a capacidade de fornecimento de recursos na cidade-sede para que ela faça um evento em si (áreas físicas, instalações adequadas, infraestrutura de transporte, voluntários, funcionários, etc.) e receba os participantes, além de divulgar o evento (acomodações, espectadores, hotelaria, funcionários, mídia, etc.). Para os autores, as cidades menores tenderão a tirar mais proveito dos eventos, principalmente se elas tiverem *know how* para realizá-los e eles forem regulares e pequenos – pois as pequenas cidades teriam restrição de recurso para receber os megaeventos. Por outro lado, uma cidade de grande população, mesmo tendendo a ter mais recursos para fazer até mesmo megaeventos, se não tiver o *know how* necessário com eventos e para receber turistas, tenderá a ter resultados negativos.

Mostram-se assim, uma vez mais, os pequenos eventos como mais ampla e facilmente recomendáveis, até porque o número de pequenas cidades é muito superior ao de grandes cidades. Ao redor do mundo, festivais e pequenos eventos especiais estão sendo incentivados pelo setor público, de diferentes níveis, como contribuintes para a cultura e o desenvolvimento locais, regionais e nacionais (Harcup, 2000; Alves, Cerro & Martins, 2010). Embora as medidas de segurança não possam ser ignoradas mesmo nos menores eventos, os custos de segurança e os inconvenientes locais causados por tais medidas ocorrerão em proporções menores para pequenos eventos, se comparados aos decorrentes de megaeventos. Uma das causas

dessa diferença é que, infelizmente, os megaeventos são alvos preferenciais de terroristas (Matheson, 2006), dada sua ampla projeção midiática internacional. As já citadas Olimpíadas de Munique, realizadas em 1972, são um exemplo disso. A frequente prisão de pessoas suspeitas de preparação de atentado, como se viu também às vésperas das Olimpíadas do Rio, são outra mostra eloquente do problema.

Além de demandarem mais esforço de organização e provocarem mais transtornos para os residentes (Matheson, 2006), em linhas gerais, os megaeventos exigem maiores e, conseqüentemente, mais caras instalações, que tendem a ter pouca utilização futura. Ao contrário, os pequenos eventos requerem pouco investimento porque sua infraestrutura geralmente já existe (Flognfeldt, 1999) e, portanto, já tem uso também para outras atividades.

5- DISCUSSÃO

A evolução da literatura sobre o impacto de eventos, que inclui os eventos esportivos, mostra-se progressiva e intensamente mais favorável à máxima do *small is beautiful* (no título do livro em Português: o negócio é ser pequeno), que tanto debate gerou a partir do lançamento do livro de Schumacher (1973). O livro com esse título em Inglês, baseado em ensaios, traz um misto de ambientalismo, economia e filosofia. Ele desafia a ideia muito corrente de que maior é melhor. Para tanto, destaca preocupações e efeitos nocivos dos grandes projetos, em variadas áreas, sobre a humanidade e particularmente sobre o meio ambiente, enquanto enaltece os pequenos por seus menores riscos e prejuízos combinados a mais impactos positivos proporcionais.

Por ser um celebrado e conhecido livro, particularmente entre ambientalistas, economistas e estudiosos das pequenas organizações, seu conteúdo é mais um

importante componente de *conhecimentos desconhecidos* (Horne, 2007) negligenciado quando se pensa em megaeventos. Sendo desconsiderado quando da avaliação e da montagem de projetos relativos a esses eventos, e estranhamente também por questionadores dos projetos, o livro normalmente não tem seus alertas incluídos na avaliação de prós e contras a respeito dos diferentes tipos de evento. O fato converge com a parcialidade típica, descrita por diferentes autores (por exemplo: Bell & Gallimore, 2015; Girginov, 2016; Matheson, 2002; Weed et al, 2015), da divulgação e das decisões pró-megaeventos feitas pelas partes interessadas em realizá-los, a começar pelos governantes e construtores.

São exatamente esses *stakeholders* que aparecem mais diretamente envolvidos nos escândalos de corrupção tão repercutidos pela imprensa mundialmente, como nos megaeventos recentes do Brasil e da Rússia, onde os recursos desviados fazem ainda mais falta por serem emergentes os dois países. O fato parece expressivo o suficiente para nos pôr a pensar na eventual pressão de finalidades escusas nas decisões pró-megaeventos. Estariam ao menos em parte a serviço da corrupção a sobre-avaliação de futuros impactos positivos e a negligência de advertências como as de Schumacker (1973) e da literatura mostrando megaeventos como mau negócio? Até que ponto uma candidatura para se realizar um megaevento, como a Copa do Mundo, já não teria em sua gênese o germe da corrupção? Os questionamentos se fortalecem quando lembramos que, na comparação com pequenos eventos, os megaeventos tendem a apresentar maior risco de desvio financeiro por caracterizarem-se por maior fluxo de recursos e maior dificuldade/complexidade para controle deste. A priorização de pequenos eventos parece assim ser também um auxílio à contenção da corrupção.

Preocupações quanto à integridade na realização de eventos, e mais ainda de megaeventos, têm sido mais intensas e

correntes, o que as impõe como um foco de pesquisa a priorizar e já tem justificado publicações sobre o tema, como a de Hover et al. (2016). Um tom crítico de reflexão ética caracteriza ressalvas por vezes contundentes da literatura recente quanto aos megaeventos. É o que ocorre quanto às Olimpíadas, por exemplo, no destaque de problemas sociais com fotos do Rio de Janeiro no início do livro de Horne e Whannel (2016), assim como na seção *The 'dark side' of Olympics* (O lado negro das Olimpíadas) no fim do mesmo livro. O trabalho brasileiro de Nassif (2016) e seus colaboradores segue linha semelhante nas passagens em que descreve graves problemas de pequenos empresários em decorrência da Copa de 2014.

A crítica é mais ácida no tratamento do que Müller (2015) chama de síndrome do megaevento, um conjunto de sintomas que afetam o planejamento desse tipo de evento, incluindo exagero nas promessas de benefícios, subavaliação de custos, reelaboração das prioridades do planejamento urbano para servir a interesses pró-evento, uso de recurso público para o interesse privado e suspensão da aplicação regular da lei. O autor lembra que esses problemas são geralmente associados a custos acima dos US\$ 10 bilhões nos últimos 30 anos e à geração de impactos indesejados para os países-sede.

O tom se acidifica com o livro *Circus Maximus* (Zimbalist, 2015) sugerindo que apenas os organizadores dos megaeventos, COI e FIFA, e privilegiados da economia local, como bancos e construtoras, têm muito ganho no curto prazo. Os demais perdem. Ademais, os legados para longo prazo se resumem melhor como elefantes brancos e desperdício de parco retorno, diz o autor. A crítica é ainda mais forte em Müller (2016a), que descreve como megaeventos, e as elites a eles associadas, capturam a sociedade que os recebe e impõem suas prioridades, não raramente discordantes do interesse público, às cidades e cidadãos. Contudo, por seu caráter de denúncia, o livro *The Lords of the Rings: Power, Money and Drugs in the*

Modern Olympics (Simson & Jennings, 1992) continua sendo um dos documentos mais ferozes de crítica aos megaeventos.

Vê-se assim que os avaliadores e questionadores de propostas de megaeventos têm amplo material bibliográfico a sua disposição, incluindo os múltiplos trabalhos citados neste artigo, para conhecer os riscos e os impactos negativos potenciais desses eventos. É recomendável que tais atores conheçam as críticas e defesas relativas a um tipo de evento ou de outro, concordando ou não com elas, para fundamentarem solidamente seu posicionamento sobre ambos. Está, de fato, entre os objetivos do presente artigo promover o conhecimento e a consideração do referido material entre os mais variados interessados em eventos.

6- CONCLUSÃO

Com maior ou menor contundência, independentemente das áreas de conhecimento ou das inspirações e motivações, os escritos citados até aqui já derrubaram o mito dos megaeventos esportivos como fonte magnânima de saldo expressiva e seguramente positivo para as sociedades que os realizam. Mais recentemente, a literatura sustenta cada vez mais claramente os pequenos eventos como opção mais recomendável. Apesar da importância nacional dos megaeventos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol, no nível local, é recomendável que se pense no apoio aos festivais e pequenos eventos como fonte possível de avanços socioeconômicos e culturais para países e regiões. Ainda que os eventos menores possam gerar apenas um limitado volume de atividade econômica, os seus resultados e benefícios para a comunidade local podem realmente ser mais positivos (Matheson, 2006).

De volta às três questões iniciais elaboradas na introdução, o conteúdo do

presente artigo ajuda a entender que há vários indicativos de que os megaeventos recentes foram um tropeço no Brasil, cabendo ainda uma verificação mais detalhada da questão – exemplos: aumento do déficit público, corrupção, inadequação de obras, orçamentos erroneamente fixados e crescentes, investimentos inviabilizados em saúde e educação e agitação social. Esses problemas parecem ainda mais impactantes porque já existiam, quando da candidatura brasileiras para os eventos, estudos e alertas úteis para que fossem evitados. Houve negligência da literatura aqui evocada mostrando os riscos, complicadores e contraindicações dos megaeventos esportivos, em especial para países em desenvolvimento, e as desvantagens deles face aos pequenos eventos. A hipótese do tropeço se fortalece ainda mais com observações a posteriori de alto nível de dívida pública derivado em parte desses eventos a nutrir uma crise política nacional, além do dramático quadro financeiro do Estado do Rio de Janeiro combinado à prisão de um ex-governador sob acusações que incluem corrupção nos megaeventos.

Os problemas já sugerem uma resposta para a segunda pergunta, indicando os pequenos eventos como opções atrativas a eventualmente serem priorizadas caso os governos brasileiros venham novamente a divulgar eventos como uma via a explorar na geração de desenvolvimento. A direção apontada pela literatura e pelas análises a posteriori dos megaeventos esportivos mais recentes é que sua priorização é atrativa para os países em geral, não apenas para o Brasil. Essa priorização é potencialmente uma das lições a se elencar em resposta à terceira questão da introdução, sobre as lições tiradas do comparativo entre pequenos e megaeventos. Outras lições incluem a listagem que a literatura oferece de fatores a considerar na avaliação e na comparação de eventos e de nefastas consequências já previsíveis e evitáveis dos eventos. O aumento considerável da dívida pública e os

impactos nocivos para a qualidade de vida da população parecem estar entre as principais dessas consequências no caso dos megaeventos. É o que indicam exemplos emblemáticos como a síndrome pós-Montreal e sua possível versão renovada, a síndrome pós-Rio (Zimbalist, 2015).

Entre os temas derivados do conteúdo do presente artigo para futuros estudos, parecem promissores para a melhor fundamentação de opiniões, decisões e ações quanto a eventos: (1) identificação e explicação dos fatores que levam a distorções na avaliação e na defesa para realização dos diferentes tipos de evento, em particular dos megaeventos, associadas à negligência de estudos pertinentes sobre os impactos de cada um deles; (2) ética e corrupção na decisão, na preparação e na realização de eventos; (3) caracterização de impactos negativos dos pequenos eventos e sua consideração diante dos positivos – isso ajudaria a evitar em estudos futuros a limitação do presente artigo quando à dificuldade de se obter literatura sobre tais impactos negativos; (4) estratégias de supervalorização dos impactos positivos dos eventos e seus resultados para a sociedade; (5) amnésia social (não)intencional: motivos e desdobramentos da negligência de conhecimentos sobre características e impactos dos eventos.

Dado que muitos estudos já tratam de modo conceitual e genérico os diferentes tipos de evento, a pesquisa empírica centrada nesses temas sugeridos tenderá a gerar contribuições ainda mais expressivas. Tenderá a ser muito pertinente e balizadora de ações futuras a investigação com dados de campo tratando, de modo contextualizado, detalhado e atual, os mais variados aspectos da realização de eventos em específico - as Olimpíadas de 2016 ou a Copa do Mundo de 2014, por exemplo. Seus resultados poderiam ser particularmente úteis para outros países emergentes.

REFERÊNCIAS

- Agha, N., & Taks, M. (2015). A theoretical comparison of the economic impact of large and small events. *International Journal of Sport Finance*, 10(3), 199-216.
- Alves, H. M., María Campón Cerro, A., & Vanessa Ferreira Martins, A. (2010). Impacts of small tourism events on rural places. *Journal of Place Management and Development*, 3(1), 22-37.
- Andranovich, G., Burbank, M. J., & Heying, C. H. (2001). Olympic cities: lessons learned from mega-event politics. *Journal of urban affairs*, 23(2), 113-131.
- Baumann, R., & Matheson, V. (2013). Infrastructure Investments and Mega-Sports Events: Comparing the Experience of Developing and Industrialized Countries. College of the Holy Cross, Department of Economics. Research paper n. 13-05. Recuperado de http://crossworks.holycross.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1146&context=econ_working_papers em 13/02/2016.
- Bell, B., & Gallimore, K. (2015). Embracing the games? Leverage and legacy of London 2012 Olympics at the sub-regional level by means of strategic partnerships. *Leisure Studies*, 34(6), 720-741.
- Bertella, G. (2014). Designing small-scale sport events in the countryside. *International Journal of Event and Festival Management*, 5(2), 132-145.
- Brenke, K., & Wagner, G. G. (2006). The soccer world cup in Germany: a major sporting and cultural event – but without notable business cycle effects. *DIW Berlin Weekly Report*. 2(3), 23-31.
- Centro de Estudios Económicos Tomillo (2007). Impacto económico de la 32 America's Cup. Consejo Superior de Cámaras de Comercio, Madrid.
- Chappelet, J.-L. (2016). How Have London 2012 and Sochi 2014 Supported or Changed the Olympic Movement? In: Penã, E. F., Preuss, H., DaCosta, L. P. (Orgs.) and Chatziefstathiou, D., Romon, X., Miragaya, A. (Eds.). *Olympic Idea Nowadays – Perceptions and Insights*. Barcelona: Centre d'Etudis Olímpics i de l'Esport – Universitat Autònoma de Barcelona (CEO-UAB). Recuperado de http://doc.rero.ch/record/259214/files/Olympic_Idea_Neowadays.pdf em 01/11/2016.
- Clark, R., & Misener, L. (2015). Understanding Urban Development Through a Sport Events Portfolio: A Case Study of London, Ontario. *Journal of Sport Management*, 29(1), 11-26.
- Craig, C. L., & Bauman, A. E. (2014). The impact of the Vancouver Winter Olympics on population level physical activity and sport participation among Canadian children and adolescents: Population based study. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 11(107).
- DaCosta, L., & Miragaya, A. (2008). Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil. *Brasília*, 2008, 33.
- Djaballah, M., Hautbois, C., & Desbordes, M. (2015). Non-mega sport events' social impacts: A sensemaking approach of local governments' perceptions and strategies. *European Sport Management Quarterly*, 15, 48-76.
- Domingues, E. P., Betarelli, A., & Magalhães, A. S. (2011). Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da

Copa do Mundo 2014 no Brasil. *Estudos Econômicos*, 41(2), 409-439.

Farias, T. M., Gurgel, F. F., & Diniz, R. F. (2015). Percepção de Moradores de uma Cidade Sede sobre a Copa do Mundo de Futebol 2014. *Psico*, 46(2), 265-273.

Feng, J., & Hong, F. (2013). The legacy: Did the Beijing Olympic Games have a long-term impact on grassroots sport participation in Chinese townships?. *The International Journal of the History of Sport*, 30(4), 407-421.

Flognfeldt, T. (1999). Impacts of short-time visitors on local communities in the mountain areas of Southern Norway, *International Journal of Tourism Research*, 1(5), 359-373.

Getz, D. (2008). Event tourism: definition, evolution, and research, *Tourism Management*, 29(3), 403-428.

Getz, D., & Page, S. J. (2016). *Event studies: Theory, research and policy for planned events*. Routledge.

Girginov, V. (2016). Has the London 2012 Olympic Inspire programme inspired a generation? A realist view. *European Physical Education Review*, 1(16), 1-22.

Growth of global culture. Londres: Routledge.

Hall, C. (2006). Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. *Sociology Review*, 54, 59-70.

Hall, C., (1992). *Hallmark tourist events: impacts, management, and planning*. London: Belhaven Press.

Harcup, T. (2000). Reimagining a post-industrial city: The Leeds St Valentine's Fair as a civic spectacle. *City*, 4(2), 215-231.

Hiller, H. H. (1998). Assessing the impact of mega-events: a linkage model. *Current Issues in Tourism*, 1(1), 47-57.

Hodgetts, D., & Duncan, M. J. (2015). Quantitative analysis of sport development event legacy: an examination of the Australian Surf Life Saving Championships. *European Sport Management Quarterly*, 15(3), 364-380.

Horne, J., & Whannel, G. (2016). *Understanding the Olympics*. Nova Iorque: Routledge.

Hover, P., Dijk, B., Breedveld, K., Eekeren, F. (2016). Integrity & sport events – position paper. Mulier Institute & Utrecht University. Recuperado de <http://www.kennisbanksportenbewegen.nl/?file=6382&m=1459949012&action=file.download> em 15 de novembro de 2016.

Jackson, L. (2008), “Residents’ perceptions of the impacts of special event tourism”, *Journal of Place Management and Development*, 1(3), 240-255.

Kesenne, S. (2012). The economic impact, costs and benefits of the FIFA World Cup and the Olympic Games: who wins, who loses? *International handbook on the economics of mega sporting events*, 270.

Kwiatkowski, G. (2016). Composition of Event Attendees: A Comparison of Three Small-Scale Sporting Events. *International Journal of Sport Finance*, 11(2).

Law, C. M. (2002). *Urban tourism: the visitor economy and the growth of large cities*. London: Continuum.

Lenskyj, H. J. (2000). *Inside the Olympic industry: power, politics and activism*. New York: SUNY Press.

Llopis-Goig, R. (2013). Etnoargumentos y discursos comunes en torno a un megaevento deportivo: La 32ª America's Cup vista por la

sociedad anfitriona. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 231-252.

Matheson, V. A. (2006). Is Smaller Better? A Comment on "Comparative Economic Impact Analyses" by Michael Mondello and Patrick Rische. *Economic Development Quarterly*, 20(2), 192.

Matheson, V. A. (2012). Upon further review: an examination of sporting event economic impact studies. *The Sport Journal*, 5(1).

Mondello, M., & Rische, P., (2004). Comparative Economic Impact Analyses: Differences Across Cities, Events, and Demographics. *Economic Development Quarterly*, 18(4), 331-348.

Müller, M. (2015). The mega-event syndrome: Why so much goes wrong in mega-event planning and what to do about it. *Journal of the American Planning Association*, 81(1), 6-17.

Müller, M. (2016a). How mega-events capture their hosts: event seizure and the World Cup 2018 in Russia. *Urban Geography*, 1-20.

Müller, M. (2016b). What makes an event a mega-event? *Managing Sport Mega-Events*, 8.

Nassif, V. M. J. (Org.) (2016). Negócios empreendedores: ameaças e superação no entorno das arenas esportivas (ebook). São Carlos: Pixel Editores.

Oliveira, A. (2012). A economia dos megaeventos: impactos setoriais e regionais. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, 1(20), 257-275.

O'sullivan, D., Pickernell, D., & Senyard, J. (2009). Public sector evaluation of festivals and special events. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 1(1), 1936. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2709537

Porter, P. K. (1999). Mega-sports events as municipal investments: a critique of impact analysis. In: Fizek, J., Gustafson, E., Hadley, L. (Eds.) *Sports economics: current research*. Westport, CT: Praeger.

Preuss, H., DaCosta, L. P. (2016). Introduction. In: Penã, E. F., Preuss, H., DaCosta, L. P. (Orgs.) and Chatziefstathiou, D., Romon, X., Miragaya, A. (Eds.). *Olympic Idea Nowadays – Perceptions and Insights*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport – Universitat Autònoma de Barcelona (CEO-UAB). Recuperado de http://doc.rero.ch/record/259214/files/Olympic_Idea_Nowadays.pdf em 01/11/2016.

Ritchie, B. W., Shipway, R., & Cleeve, B. (2009). Resident perceptions of mega-sporting events: a non-host city perspective of the 2012 London Olympic Games. *Journal of Sport & Tourism*, 14(2-3), 143-167.

Roberts, K. (2004) *The Leisure Industries* (London: Palgrave).

Roche, M. (2000). *Mega-events modernity: olympics and expos in the*

Schumacher, E. F. (1973). *Small is beautiful – economics as if people mattered*. London: Vintage Books.

Simson, V. Y. V., & Jennings, A. (1992). *The Lords of the Rings. Power, Money & Drugs in the Olympic Movement*. London: Simon & Schuster.

Taks, M., Chalip, L., & Green, B. C. (2015). Impacts and strategic outcomes from non-mega sport events for local communities. *European Sport Management Quarterly*, 15(1), 1-16.

Teigland, J. (1999). Mega-events and impacts on tourism; the predictions and realities of the Lillehammer Olympics. *Impact assessment and project appraisal*, 17(4), 305-317.

Venter, R. B., Rogerson, C. M., Semens, A., Myres, K. (2012). FIFA World Cup 2010: implications for and effects on the entrepreneurial performance of South Africa's informal sector. *African Journal of Business Management*, 6(1), 449-458.

Vigor, A., Mean, M. Tims, C. (2004). Introduction. In: Vigor, A. et al (Eds.). *After the gold rush: a sustainable Olympics for London*. London: IPPR/DEMOS.

Weed, M., Coren, E., Fiore, J., Wellard, I., Chatziefstathiou, D., Mansfield, L., & Dowse, S. (2015). The Olympic Games and raising sport participation: a systematic review of evidence and an interrogation of policy for a demonstration effect. *European Sport Management Quarterly*, 15(2), 195-226.

Ziakas, V. (2015). For the benefit of all? Developing a critical perspective in mega-event leverage. *Leisure Studies*, 34(6), 689-702.

Zimbalist, A. (2015). *Circus maximus: the economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup*. Washington, D.C.: Brookings.

NOTAS DE FIM DE TEXTO

Essas informações são repetidas por fontes como:

- G1 GLOBO.COM. Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. G1 - GLOBO.COM. Matéria de 21/06/2013. Recuperado de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html> em 22 de fevereiro de 2016.

- G1 GLOBO.COM. Resultados das manifestações de junho. Matéria de 28/06/2013. Recuperado de <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/> em 22 de fevereiro de 2016.

Informação também disponível em:

- Costas, R. De onde vem o dinheiro da Copa? Site BBC Brasil. Matéria de 27 de junho de 2013. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru.shtml em 22 de fevereiro de 2016.

Algumas fontes dessas informações:

- Cara, D. E se todo dinheiro da Copa fosse investido em educação pública? Revista Educação. Matéria de 20 de junho de 2013. Recuperado de <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/blog-daniel/e-se-todo-dinheiro-da-copa-do-mundo-de-2014-291203-1.asp> em 22 de fevereiro de 2016.

- Patu, G., Amora, D., Coutinho, F. Custo da Copa equivale a um mês de gastos com educação. Folha de São Paulo. Matéria de 23 de maio de 2014. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1458720-custo-da-copa-equivale-a-um-mes-de-gastos-com-educacao.shtml> em 22 de fevereiro de 2016.

- Sabka, O. Copa do Mundo Brasil 2014. A Tribuna. Matéria de 20/05/2015. Recuperado de <http://www.tribunamt.com.br/2014/05/copa-do-mundo-brasil-2014/> em 22 de fevereiro de 2016.

Informações desse tipo podem também ser encontradas em:

- Souza, B. Estádios vazios e obras inacabadas: o legado da Copa. Revista Exame. Matéria de 12/06/2015. Recuperado de <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/estadios-vazios-e-obras-inacabadas-o-legado-da-copa> em 22 de fevereiro de 2016.

- Monteiro, A., Gallo, R. Copa do Mundo termina com 23 obras inacabadas. Folha de São Paulo.

Matéria de 15/07/2014. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/07/1486053-copa-do-mundo-termina-com-23-obras-inacabadas.shtml> em 22 de fevereiro de 2016.

Algumas fontes dessas informações são, por exemplo:

- Vasconcelos, M. Acidentes nos estádios da Copa: crônicas de nove mortes anunciadas? Site BBC Brasil. Matéria de 19/08/2014. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140811_mortes_estadios_copa_mv em 22 de fevereiro de 2016.

- Peixoto, P. Laudo aponta mais de um erro na queda de viaduto em BH. Folha de São Paulo. Matéria de 15/09/2014. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1516527-laudo-aponta-mais-de-um-erro-na-queda-de-viaduto-em-bh.shtml> em 22 de fevereiro de 2016.

GloboEsporte.com. Jornal espanhol afirma: 'Brasil é um caos à espera da Copa do Mundo'. Matéria de 03/12/2013. Recuperado de <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/12/jornal-espanhol-afirma-brasil-e-um-caos-espera-da-copa-do-mundo.html> em 22 de fevereiro de 2016.

Entre esses dois conjuntos contrapostos, o autor considera eventos médios, que chama de especiais: Fórmula 1 e Jogos Panamericanos, por exemplo, com público-alvo mundial, nacional ou regional, eventos que interessam à TV internacional ou nacional.

Bonsanti, B. Ninguém sabe dizer o que a arena da Copa trouxe de bom para São Lourenço da Mata. Site Trivela. Matéria de 26 de junho de 2014. Recuperado de <http://trivela.uol.com.br/ninguem-sabe-dizer-que-arena-pernambuco-trouxe-de-bom-para-sao-lourenco-da-mata/> em 11 de fevereiro de 2016.

Veja em:

- Oltramari Jr, Euclides. Revista Veja. Arena Pantanal é interditada seis meses após a Copa. Matéria de 22/01/2015. Recuperado de <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/arena-pantanal-e-interditada-seis-meses-apos-a-copa> em 10 de junho de 2015.

Segundo dados do Sistema Integrado de Controle e Gestão de Obras Públicas (Sicop), do Governo do Estado. Dos recursos financeiros, R\$ 400 milhões foram obtidos através de financiamento público com o BNDES e o restante por meio de recursos do próprio governo do Amazonas (Nassif, 2016).

O trabalho a seguir trata de um estudo nesse mesmo sentido:

- Joplin, M. Copa do Mundo 2014: os prós e os contras de sediar o megaevento. Jornal CEIRI – Centro de estratégia, inteligência e relações internacionais. Matéria de 21/01/2014. Recuperado de

<http://www.jornal.ceiri.com.br/copa-do-mundo-2014-os-pros-e-os-contras-de-sediar-o-megaevento/> em 22 de fevereiro de 2016.

Algumas fontes dessas informações são, por exemplo:

- Burgos, R. Turismo e Copa do Mundo são discutidos em seminário no Rio. Jornal de Turismo. Matéria de 28/05/2014. Recuperado de <http://www.jornaldeturismo.tur.br/noticias/destaques/39-jt-online/destaque/58377-turismo-e-copa-do-mundo-sao-discutidos-em-seminario-no-rio> em 22 de fevereiro de 2016.

GloboEsporte.com. Jornal espanhol afirma: 'Brasil é um caos à espera da Copa do Mundo'. Matéria de 03/12/2013. Recuperado de <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/12/jornal-espanhol-afirma-brasil-e-um-caos-espera-da-copa-do-mundo.html> em 22 de fevereiro de 2016.

Veja, por exemplo:

- Thadeu, B. Polícia libera os 260 detidos em manifestação contra a Copa. Site UOL. Matéria de 23/02/2014. Recuperado de <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/23/policia-libera-os-230-detidos-em-manifestacao-contra-a-copa-do-mundo.htm> em 22 de fevereiro de 2016.

Bonsanti, B. Ninguém sabe dizer o que a arena da Copa trouxe de bom para São Lourenço da Mata. Site Trivela. Matéria de 26 de junho de 2014. Recuperado de <http://trivela.uol.com.br/ninguem-sabe-dizer-que-arena-pernambuco-trouxe-de-bom-para-sao-lourenco-da-mata/> em 11 de fevereiro de 2016.

Para obter mais detalhes:

- Mattos, R. Gasto com estádios da Copa cresce 163% e ultrapassa R\$ 7 bilhões. Site UOL. Matéria de 02/01/2013. Recuperado de <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/01/02/precos-de-estadios-da-copa-triplicam-em-cinco-anos.htm> em 22 de fevereiro de 2016.

- Bastos, M., Cobos, P. Verba pública financiará 94% dos estádios da Copa. Folha de São Paulo. Matéria de 04/02/2010. Recuperado de

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0402201002.htm> em 22 de fevereiro de 2016.

Veja também em:

- Huffpost Brasil. Brasil terá pior PIB entre as principais economias do mundo e deve voltar a crescer em 2018, prevê FMI. Matéria de 19/01/2016. Recuperado de

http://www.brasilpost.com.br/2016/01/19/brasil-economia-fmi_n_9016914.html em 22 de fevereiro de 2016.

- O Globo. Banco Mundial: Brasil terá maior queda na América Latina em 2016. Matéria de 06/01/2016. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/economia/banco-mundial-brasil-tera-maior-queda-na-america-latina-em-2016-18422783> em 22 de fevereiro de 2016.